

CAPÍTULO 13

O SER (AFETIVO) E O FAZER (INCLUSIVO) NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: PRÁTICAS DOCENTES PARA UMA EDUCAÇÃO HUMANIZADA

Joana D'Arc Almeida da Silva

Mestra em Letras – UFPI. Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social – UFPI. Graduada em Pedagogia – UESPI e Filosofia - FAERPI.
jodarc.sa23@gmail.com

Renata dos Santos Bacelar

Especialista em Psicologia da Educação – UEMA; Especialista em Libras – UESPI; Graduada em Pedagogia – UFPI e História – UESPI.
renatasbacelar10@gmail.com

Máuria Maria Pereira de Oliveira

Graduada em Computação – UESPI.
mauriaapereira@gmail.com

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar a sistematização dos resultados de uma pesquisa desenvolvida em uma Instituição pública na cidade de Teresina, PI, em que foram investigados os benefícios da educação humanizada, através da prática docente e a afetividade como meio de inclusão e promoção global desses alunos. Para tanto, foram utilizados os estudos de teóricos como: Belisário Filho (2010), Brasil (2006; 2012), Freire (1996; 2003; 2007;2011), Kassar (2011) e Mantoan (2003). A metodologia utilizada foi pesquisa de campo, com abordagem qualitativa. Os resultados apontaram que o desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais, possui íntima relação com a prática docente e que a afetividade é fundamental para a evolução e a aprendizagem do aluno com necessidades educativas especiais, tornando-os mais autônomos, ativos e participativos. Espera-se que esta pesquisa tenha circulação dentro dos diversos espaços acadêmicos e que ela seja condutora para que outros profissionais reflitam sobre suas práticas, em especial, os profissionais envolvidos com a Educação Inclusiva e Especial. Por fim, enfatiza-se que, mesmo diante do grande número de estudos sobre a temática, essa é uma fonte que não se esgota e que ainda tem muito a oferecer à educação.

Palavras-Chave: Educação Especial; Afetividade; Práticas Inclusivas; Educação Humanizada.

INTRODUÇÃO

Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso. Amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade.

Paulo Freire

Paulo Freire (1921 – 1997), considerado um dos maiores educadores da pedagogia mundial, defende a ideia de que a educação transforma pessoas e pessoas transformam o mundo. Com base nesse ideal, Freire acredita que a educação é uma intervenção no mundo, que é possível construir uma sociedade mais justa e igualitária, visando a inclusão e a transformação social. Segundo ele, para que isso aconteça, o ensino precisa estar alicerçado no diálogo, nos conhecimentos prévios, na contextualização dos conteúdos, na problematização, na afetividade e na solidariedade. Para Freire, a construção de uma sociedade mais equitativa, provém de uma educação que vá além de “depósitos” de informações e conhecimentos, o que ele cunhou de “educação bancária”. Segundo o educador, é preciso que essa educação seja humanizada e que promova no educando a consciência crítica.

A Educação Humanizada se baseia na valorização do ser humano como participante ativo do seu processo educacional. Essa abordagem acontece com base no respeito àquilo que o educando traz consigo previamente, “o conhecimento de mundo”, na valorização das vivências e dos contextos culturais, visando apoiar a formação integral do indivíduo, ou seja, contemplando todos os seus aspectos: intelectual, emocional, social e ético.

A Educação Humanizada é uma educação que intenta construir um ambiente de aprendizado tendo como pilar o respeito, a empatia, a cooperação e o bem-estar dos envolvidos. É essa educação que Freire defende, onde o aluno é o centro e o educador precisa valorizar suas potencialidades e respeitar seus ritmos de desenvolvimento. É sabido que para não correr o risco de seguir reproduzindo a educação tradicional, faz-se necessário mudanças importantes, tais como: adaptações curriculares, metodologias inovadoras, apoio especializado e, principalmente, amorosidade à prática docente, para que todos os alunos possam alcançar seu máximo potencial, dentro de suas limitações.

Em sua obra “Pedagogia do Oprimido”, Freire (1996) critica a educação que busca apenas depositar conteúdos, e, em oposição a ela, defende uma educação libertadora. Nela, o aprendente participa de forma ativa do processo e o educador, aproveitando o instinto dialógico inerente ao ser humano, promove questionamentos e reflexões críticas.

Seguindo a perspectiva freiriana, as escolas devem ser espaços acolhedores, onde todos se sintam respeitados e valorizados,

independentemente de suas origens, características pessoais e necessidades especiais. A educação defendida por Freire incentiva os alunos a serem ativos no processo de aprendizagem e reconhece que todos têm capacidades de aprender. Para alunos com necessidades especiais, isso significa maior autonomia e independência, pois são incentivados a tomar decisões, resolver problemas e gerenciar sua própria educação. Essa estratégia os ajuda a tornarem-se pessoas confiantes e capazes de atingir seus objetivos.

Sendo a Educação Especial uma área importante da educação que se concentra em atender às necessidades específicas dos alunos com deficiências, transtornos, altas habilidades ou superdotação, faz-se necessário que esses alunos tenham uma educação mais humana. Nesse contexto, a humanização na educação no Atendimento Educacional Especializado se concretiza quando a prática docente é desenvolvida com o intuito de promover não apenas o aprendizado sistematizado, acadêmico, mas o cognitivo e também o bem-estar emocional e a participação desses alunos na sociedade.

Ao oferecer meios que respeitam as limitações e potencializam as habilidades da clientela do AEE, o educador contribui para um aprendizado eficaz, partindo de elementos que são essenciais para a promoção de um ser mais autônomo, confiante, motivado e criativo. De tal modo, é fundamental que os educadores se utilizem de ações inovadoras e um olhar voltado para suas necessidades específicas, atendendo o que assegura o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998).

Segundo o Referencial:

No processo de construção de conhecimento, as crianças se utilizam das mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de ter ideias e hipóteses originais sobre aquilo que buscam desvendar. Nessa perspectiva, as crianças constroem o conhecimento a partir das interações com as outras pessoas e com o meio em que vivem. O conhecimento não se constrói em cópia da realidade, mas sim, fruto de um imenso trabalho de criação, significação e ressignificação (Brasil, 1988, p. 21;22).

Para tal propósito, é basilar a participação mediadora do educador. Assim, esta pesquisa tem como objetivo geral apresentar os resultados obtidos através de uma pesquisa desenvolvida em uma Instituição pública que atende crianças/jovens com necessidades especiais, na cidade de Teresina, PI, onde buscou-se mostrar os benefícios da educação humanizada, através da prática docente e a afetividade como meio de inclusão e promoção global desses alunos. De forma mais específica visa apresentar um breve relato histórico sobre pessoas com deficiência e seus avanços, expor os benefícios da afetividade na promoção dos alunos com

necessidades especiais, bem como descrever práticas inclusivas para a promoção global desses alunos. O público-alvo desta pesquisa são professoras atuantes no Atendimento Educacional Especializado – AEE realizando atendimentos com alunos (crianças e jovens) entre 07 (sete) e 15 (quinze) anos, com Transtorno do Espectro Autista (TEA), portadores de Síndrome de Down, Deficiência Intelectual, dentre outras necessidades especiais, atendidas pela Instituição.

Diante do exposto, com o intuito de cumprir os objetivos propostos, esta pesquisa aborda questões relacionadas à educação humanizada, práticas docentes e de inclusão e afetividade. Assim, utilizamos os estudos de: Belisário Filho (2010), abordando a educação especial na perspectiva da inclusão escolar, Brasil (2006; 2012), Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Freire (1996;2003;2007;2011) afetividade, prática educativa e educação humanizada; Kassar (2001;2008;2011) e Mantoan (2003), sobre educação e diversidade. Esta é uma pesquisa de campo com abordagem metodológica qualitativa.

NECESSIDADES ESPECIAIS E AEE: UM BREVE RELATO HISTÓRICO

A história das pessoas com necessidades especiais é caracterizada por exclusão, preconceito e batalha por direitos. Desde os tempos antigos, qualquer tipo de deficiência era entendida como uma maldição e/ou, até mesmo como um castigo divino. Pessoas com deficiências eram excluídas e privadas de oportunidades fundamentais, como educação e emprego.

As próprias pessoas com deficiência iniciaram movimentos pelos seus direitos, pedindo inclusão, acessibilidade e o fim da segregação. A percepção crescente de que a educação poderia ser ajustada para satisfazer as demandas de indivíduos com deficiência resultou de forma positiva, surgindo as primeiras escolas especializadas e programas de ensino adaptado.

No ano de 1854, Pedro I estabeleceu o Instituto dos Meninos Cegos, que mais tarde se transformou no Instituto Benjamin Constant-IBC. Em 1857, o IBC também estabeleceu uma escola para surdos-mudos, nesse mesmo ano a escola foi renomeada como Instituto Nacional de Educação de Surdos-INES Educação de indivíduos com deficiência intelectual.

O Atendimento Educacional Especializado – AEE, como afirma a especialista em Psicologia Educacional, Elizabete de Sá et al., é um apoio ao desenvolvimento do estudante, pois no AEE, o profissional disponibiliza o ensino de linguagens e de códigos específicos, confecciona, reproduz e adapta materiais didáticos e pedagógicos considerando as características individuais e necessidades de cada aluno.

O MEC (2009) afirma que o AEE, deve incorporar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser implementado em conjunto com outras políticas públicas, garantindo a inclusão de todos os indivíduos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, visando assim seu pleno desenvolvimento.

Conforme Mantoan (2003) descreve em seu livro "Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer?", a Constituição Federal (1988) respalda os que propõem progressos notáveis na educação escolar de indivíduos com deficiência, ao estabelecer como pilares da República a cidadania e a dignidade humana, no art. 1º, incisos II e III, além de estabelecer como um de seus objetivos primordiais, a promoção do bem-estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou outros tipos de discriminação, art. 3º, inciso IV. De igual forma, no art. 5º, garante o direito à igualdade e no artigo 205, o direito de todos à educação e seu pleno desenvolvimento.

Mantoan (2003) nos demonstra assim a importância de dar garantias aos educandos, independentemente de sua condição, de ter acesso e meios de garantir estar nos espaços e ambientes que sejam de seu interesse, nesta perspectiva ter leis que garantam tais direitos auxiliam as pessoas com deficiência a não se limitar ou serem invalidados.

Conforme Kassar (2011) esclarece em seu artigo "Percurso da formação de uma política brasileira de educação especial inclusiva", a partir de 2003, documentos do Governo Federal começaram a anunciar a implementação de sistemas de ensino inclusivos. Estes se referem a um sistema de educação composto por escolas que acolhem todas as crianças, onde o Atendimento Educacional Especializado é complementar ou suplementar à educação comum. Desde essa data, diversos programas foram introduzidos, sinalizando a estruturação deste sistema inclusivo. A implementação dessas medidas tem gerado várias reações da sociedade civil. Visto que grupos que recebem suporte de entidades especializadas destacam a fragilidade na implementação deste sistema de inclusão.

O final do século XIX se caracteriza como marco histórico da educação especial, mas é somente por volta da década de 60 que advém os primeiros cursos de formação de profissionais para atuar no ensino de pessoas com deficiência, graças ao aumento de matrículas de educandos nas escolas especiais. E como dito anteriormente com a promulgação da Constituição e a garantia de direitos sociais, que proporcionaram a garantia do acesso, se consolida no início dos anos noventa, inúmeras reformas educacionais que buscavam uma educação de qualidade que visasse o desenvolvimento pleno do educando onde fosse possível o desenvolvimento de todas as suas potencialidades e capacidades.

Assim a promulgação de leis como a Constituição Federal, a Declaração Universal de Direitos Humanos e a Declaração de Salamanca houveram contribuições significativas na promoção dos direitos das pessoas com deficiência. O direito de cada criança [...] o princípio que orienta esta Estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. (Brasil, 1994).

Assim podemos afirmar que as bases legais subsidiam importantes contribuições a educação inclusiva e humanizada a pessoas com necessidades especiais, por darem suporte legal a luta delas e por conceder meios para transformar a realidade de exclusão e segregação que perdurou durante um longo tempo na sociedade.

A inclusão das crianças especiais no âmbito do ensino regular, é sem dúvida um grande passo no sentido de incluir e dar condições de igualdade e qualidade a essa clientela. No entanto, é importante destacar que embora tenhamos evoluído significativamente ao longo dos anos, muito ainda precisa ser feito para que possamos afirmar ter uma educação inclusiva e de qualidade, que promova uma educação integral e humanizada a estas pessoas, uma vez que, ainda temos muitas barreiras a serem superadas na garantia deste direito. A falta de acessibilidade em locais públicos, a falta de formação de professores que atuam no Atendimento Educacional Especializado para pessoas que fazem atuam na área, são parte dessas barreiras. A educação inclusiva e humanizada é, sem dúvida, fruto de avanços e retrocessos principalmente no que diz respeito a legislação brasileira.

“SOU UM EDUCADOR AMOROSO”: OS BENEFÍCIOS DA AFETIVIDADE NA PRÁTICA DOCENTE

Na obra “Pedagogia da Autonomia, Paulo Freire (2011), afirma que é incerto pensar que alegria e seriedade docente são inconciliáveis, como se a rigorosidade fosse inimiga da alegria. Por outro lado, quanto mais metodicamente rigoroso me torno em minha busca e docência, mais feliz e esperançoso me sinto. A alegria não surge apenas quando você descobre algo que você estava procurando, mas faz parte do processo de pesquisa. E a busca, a beleza e a alegria são essenciais para o ensino e o aprendizado.

Sendo a educação uma atividade estritamente humana, os educadores não podem concebê-la como um processo frio, sem afetos, sem alma em que a emoção e o desejo são reprimidos por uma “ditadura racionalista”. Da mesma forma que não se pode entender a prática educativa como um processo sem a exigência de disciplina intelectual necessária. A afetividade não afeta na rigorosidade do saber e tampouco, diminui sua importância.

Freire defende que,

[...] se, como professor, não me acho tomado por este outro saber, o de que preciso estar aberto ao gosto de querer bem, às vezes, à coragem de querer bem aos educandos e à própria prática educativa de que participo. Esta abertura ao querer bem não significa, na verdade, que, porque professor me obrigo a querer bem a todos os alunos de maneira igual. Significa, de fato, que a afetividade não me assusta, que não tenho medo de expressá-la. Significa esta

abertura ao querer bem a maneira que tenho de autenticamente selar o meu compromisso com os educandos, numa prática específica do ser humano. (Freire, 2011, p. 138)

Com o excerto acima, Freire (2011) faz um chamamento àquele que “ousa ensinar”. O autor defende que a prática docente deve ser permeada por uma profunda dimensão humanista e afetiva. Essa abordagem, além de promover um ambiente de confiança e respeito mútuo, permite que o professor reconheça as individualidades de cada aluno, adaptando suas práticas para atender às necessidades específicas de cada um. Ao valorizar a afetividade, o professor não apenas transmite conhecimento, mas também contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e sensíveis. Essa perspectiva, alinhada com as ideias de Paulo Freire, transcende o tecnicismo e busca uma educação integral, que valoriza as relações humanas e a construção do conhecimento de forma significativa. O autor, declara que o professor deve ter:

A compreensão do processo do trabalho, do ato produtivo em sua complexidade, da maneira como se organiza e desenvolve a produção, a necessidade de uma formação técnica do trabalhador, formação, porém, que não se esgote num especialista estreito e alienante, a compreensão da cultura e do seu papel, tanto no processo da libertação, quanto no da reconstrução nacional [...]. (Freire, 2003, p. 42).

Com base na citação acima, é possível perceber a preocupação de Freire com a formação e atuação do professor. Em sua pedagogia, ele amplia essa visão ao abordar a compreensão do processo do trabalho e do ato produtivo em sua complexidade. Para ele, a prática docente deve promover a libertação do educando do processo alienante que é a educação tradicional, para tanto, cabe ao professor ter em si a compreensão do seu papel. Essa visão propõe uma educação que integra os conhecimentos necessários à atuação profissional, mas que aponte para uma consciência crítica promovendo uma educação em que os sujeitos sejam capazes de agir de forma consciente na sociedade em que estão inseridos e que possam contribuir de maneira significativa nesse espaço social.

Corroborando Freire (2003), Belisário (2010), defende a ideia de que, talvez o mais relevante para os educadores seja a visão de entender as expressões das crianças autistas através da Função Executiva. Isso se deve ao fato de que, no crescimento de todas as crianças que ingressam na escola, essa função está presente, pois o aprendizado a ser desenvolvido ali se baseia, em grande medida, no seu uso. Contudo, o papel do professor, em relação a todas as crianças, está ligado ao aprimoramento e expansão das possibilidades de utilização dessa função. Para tanto, é essencial contar com

profissionais cada vez mais qualificados, aptos a atuarem como professores inclusivos, e não apenas aqueles que, como declara Mantoan (2003) veem a formação apenas como mais um curso de extensão, especialização, com um diploma que atesta a habilidade de ser um educador inclusivo.

EDUCAÇÃO HUMANIZADA: UM NOVO OLHAR PARA A PRÁTICA DOCENTE

A rapidez com que a informação circula, as novas tecnologias, o surgimento da Inteligência Artificial (IA) e, principalmente, o aluno com seus “diversos perfis”, dentre tantos outros fatores, reforça a certeza de que é preciso mudanças na atuação docente. O professor contemporâneo precisa adaptar constantemente suas práticas pedagógicas, buscando novas metodologias e abordagens que valorizem as relações interpessoais e promovam a aprendizagem significativa. Essa transformação é essencial para atender às demandas da sociedade atual, que clama por uma educação mais humanizada e inclusiva. É preciso romper com modelos tradicionais de ensino, que priorizam a memorização e o desempenho acadêmico em detrimento do desenvolvimento integral do estudante. Para tanto, faz-se urgente mudanças na forma de ensinar, como esclarece Mantoan (2003):

A inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas a todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. (Mantoan, 2003, p. 15).

A autora nos faz (re)pensar na perspectiva da inclusão à medida que afirma que incluir é possibilitar condições a todos, não somente as crianças com deficiência, uma vez que cada um tem suas necessidades e especificidades. É preciso que se tenha em mente que cada indivíduo é singular, com características particulares, modos de pensar, agir e ser diferente, e não nos cabe rotular e acreditar na existência de fórmulas prontas e homogêneas a uma sociedade tão diversa e heterogênea.

Nesta perspectiva, o AEE dá suporte e promove meios para que os educandos tenham condições de eliminar e transpor os obstáculos e as barreiras para sua plena participação. Porém, embora se diferencie das atividades propostas na sala de aula regular, não substitui a escolarização, pelo contrário vem agregar na formação do alunado de modo a promover a sua autonomia e independência no ambiente escolar e fora dele.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) busca desenvolver as diversas habilidades dos estudantes, considerando suas singularidades e trabalhando em parceria com o ensino regular. Para isso, é fundamental criar um ambiente acolhedor e significativo, que promova a autonomia e a construção do conhecimento. É preciso romper com práticas tradicionais e

repetitivas, dando lugar a atividades que estimulem a participação ativa dos estudantes e que sejam relevantes para suas vidas.

METODOLOGIA

Para aprofundar a análise da eficácia de práticas docentes humanizadas e do papel da afetividade no desenvolvimento de alunos com necessidades educacionais especiais, esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, combinando observação, estudo de caso e aplicação de questionários.

A observação foi realizada com foco nas interações entre professores e alunos, nas atividades pedagógicas e nos recursos utilizados. Foram selecionados 12 casos para estudo mais aprofundado, considerando a diversidade de contextos escolares e de necessidades especiais dos alunos. Questionários foram aplicados a 06 professoras para coletar informações sobre suas percepções acerca das práticas pedagógicas e do desenvolvimento dos alunos. Os temas abordados nos questionários foram a afetividade e seus benefícios na prática docente com alunos com necessidades educacionais especiais, o papel da afetividade na transformação da educação para pessoas com TEA, síndrome de Down e outras especificidades.

A comparação entre os diferentes profissionais de AEE permitiu identificar padrões e variações nas práticas, contribuindo para a compreensão dos fatores que influenciam o desenvolvimento dos alunos. A escolha por estas professoras atuantes no AEE, como público-alvo, se justifica pela importância do trabalho desenvolvido por elas, na formação de crianças/jovens e pelo papel fundamental do professor na construção de identidades. Professores que se destacam por suas práticas humanizadas, suas trajetórias e as estratégias específicas que utilizam.

Para a coleta de dados, foram aplicados questionários, e utilizado a técnica da observação para conferir as respostas com as práticas, permitindo aprofundar as concepções dos professores sobre a importância dos temas abordados nos questionários o que possibilitou identificar as práticas que valorizam a afetividade nas atividades pedagógicas. A combinação desses instrumentos permitiu uma compreensão mais profunda das práticas docentes sobre a temática em estudo.

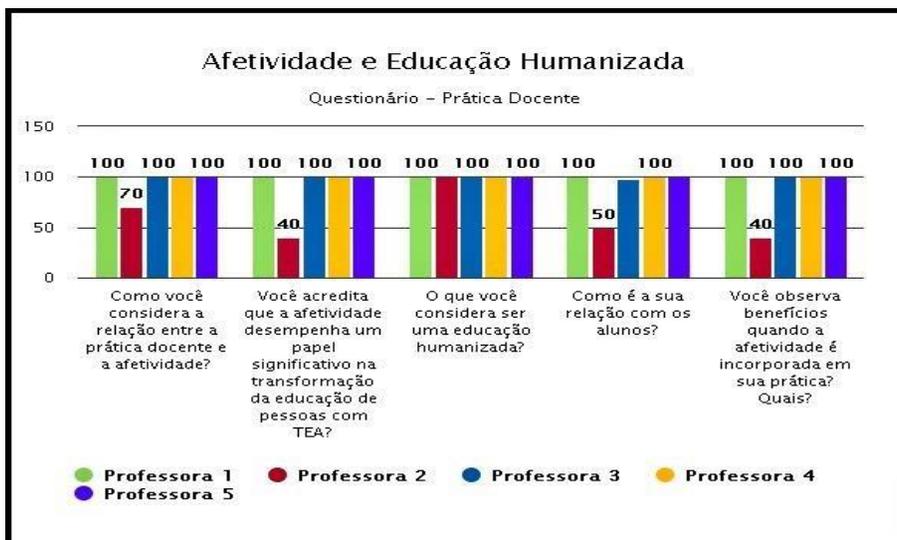
RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos questionários realizados com as professoras de Educação Especial, identificadas aqui como Professora “1”, Professora “2”, Professora “3”, Professora “4” e Professora “5”, apresentamos os resultados obtidos. A análise foi direcionada para entender os benefícios da afetividade na prática docente e como isso contribui para uma educação mais humanizada e inclusiva, à luz dos estudos de Paulo Freire.

Para apresentar os resultados, utilizou-se a abordagem metodológica qualitativa, que permitiu uma análise abrangente e multifacetada da educação

humanizada e afetiva nas práticas docentes do AEE. Isso forneceu dados mais consistentes para os resultados da pesquisa. A categoria para análise partiu de um questionário com perguntas abertas, que foram entregues a 06 (seis) profissionais que atuam na Educação Especial, no AEE, porém somente 05 (cinco) contribuíram positivamente.

De modo a oferecer uma visualização clara da importância da afetividade segundo a percepção das professoras questionadas, apresentamos as respostas em forma de gráfico.



A partir das respostas obtidas, evidencia-se que a afetividade desempenha um papel crucial na promoção de uma educação especial inclusiva e humanizada. A análise das respostas das professoras revela uma compreensão ampla da importância da afetividade na educação de alunos com TEA, Síndrome de Down, entre outras especificidades. A maioria das entrevistadas (Professoras 1, 3, 4 e 5) considera a afetividade como um elemento essencial para o desenvolvimento de uma relação positiva e produtiva com os alunos.

Ao descreverem suas práticas, as professoras destacam a necessidade e importância da construção de uma relação de confiança e respeito mútuo como fundamental para criar um ambiente de aprendizagem seguro e acolhedor. Que a presença de um professor acolhedor e compreensivo proporciona aos alunos segurança e motivação para aprender. Ainda segundo elas, ao considerar as características e necessidades de cada aluno, é possível oferecer um ensino mais significativo e eficaz. Do exposto, evidencia-se que a afetividade, conforme as questionadas, traz diversos benefícios para a aprendizagem, pois, alunos que se sentem mais motivados

participam mais das atividades e aprendem quando se sentem valorizados e compreendidos.

A relação positiva com o professor contribui para o desenvolvimento da autoestima dos alunos, tornando-os mais confiantes e autônomos. O ambiente afetivo proporciona oportunidades para o desenvolvimento de habilidades sociais como empatia, cooperação e resolução de conflitos.

Observa-se que, embora todas as professoras reconheçam a importância da afetividade e da relação professor-aluno, a Professora 2, enfatiza o domínio dos conteúdos como um elemento fundamental para o processo de ensino e aprendizagem, apresentando uma certa reserva em relação à ideia de uma educação mais humanizada, argumentando que um excesso de foco no aspecto pessoal pode comprometer a autoridade do professor em sala de aula.

A divergência de opiniões entre as professoras evidencia a complexidade da questão e a necessidade de um debate mais aprofundado sobre a relação entre afetividade e ensino. É importante ressaltar que o domínio dos conteúdos é fundamental para o exercício da docência, mas não é suficiente para garantir uma aprendizagem significativa. A afetividade, por sua vez, desempenha um papel crucial na criação de um ambiente de aprendizagem seguro e motivador, favorecendo a construção de conhecimentos e o desenvolvimento integral dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo, reforçou que o desenvolvimento dos alunos com necessidades educativas especiais, possui íntima relação com a prática docente e que a afetividade é fundamental para a evolução e a aprendizagem destes alunos. A forma como o professor conduz suas práticas e atendimentos à sua clientela, afeta diretamente no processo de ensino aprendizagem.

O modelo tradicional de escola, centrado na transmissão de informações e na passividade do aluno, mostra-se cada vez mais inadequado para os desafios da contemporaneidade. É urgente a necessidade de uma educação que promova a autonomia, a criatividade e a formação de cidadãos críticos e engajados. Para isso, é fundamental que a prática docente valorize a dimensão afetiva, estabelecendo relações interpessoais positivas e oferecendo um ensino personalizado e humanizado. A formação inicial e continuada de professores deve priorizar o desenvolvimento dessas competências, preparando-os para os desafios da educação do século XXI

Espera-se que, a partir deste trabalho, outras pesquisas relacionadas à temática, sejam feitas e, que assim, possam contribuir positivamente para a práticas de outros profissionais e, para o desenvolvimento das crianças com necessidades educativas especiais, bem como na disseminação de educação humanizada como prática de ensino.

REFERÊNCIAS

- BELISÁRIO FILHO, José Ferreira; CUNHA, Patrícia. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2010.
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 93494. Brasília: Centro Gráfico, 1996.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução Nº 2, de 11 de setembro de 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2006.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei no 9394/96). 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Lei n. 8.069/90. Institui o Estatuto da criança e do adolescente. Brasília, 1990.
- BRASIL. MEC. SEESP. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008.
- BRASIL. MEC/SEESP. Programa educação inclusiva: direito à diversidade. Atendimento educacional especializado. Material de formação docente. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.
- BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, janeiro de 2008.
- BRASIL. Política Nacional de Educação Especial. Brasília, 1994.
- FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 45 ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia – Saberes Necessários à Prática Docente. 19 ed. Paz e Terra, São Paulo: 2011.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 35 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 1 ed. Paz e Terra, São Paulo: 1996.
- GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Percursos da constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva. Revista Brasileira de Educação Especial, vol. 17, p. 41-58, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Texto publicado em *Espaço: informativo técnico- científico do INES*, nº 13 (janeiro-junho 2000), Rio de Janeiro: INES, 2000, p. 55-60.

SÁ, Elizabeth Dias de; CAMPOS, I.M. de, SILVA, M. B. C. *Formação continuada a distância de professores para o atendimento educacional especializado: Deficiência Visual*. Brasília/DF: SEESP/SEED – Secretaria de Educação à Distância/MEC, 2007.

UNESCO. *Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área de necessidades educativas especiais*. Espanha, 1994.